

CELEBRAÇÕES
OFICIAIS

50
X2

50 ANOS

25

DE

ABRIL

DE
MO
CRA
CIA

50 ANOS

II ENCONTRO NACIONAL
ARQUIVOS
DE ASSOCIAÇÕES
DE CULTURA,
RECREIO
E DESPORTO



DESAFIOS DA MEMÓRIA ARQUIVÍSTICA

O ASSOCIATIVISMO ANTES
E DEPOIS DA REVOLUÇÃO
DE ABRIL DE 1974

10 MAIO > 11 MAIO
ONLINE PRESENCIAL*

MAIS INFORMAÇÕES EM <https://arquivos.dglab.gov.pt/>

*MUSEU
DE
CERÂMICA
DE
SACAVÉM

04/04/2024



PROGRAMA, RESUMOS E NOTAS BIOGRÁFICAS

APRESENTAÇÃO

O II Encontro Nacional de Arquivos de Associações de Cultura, Recreio e Desporto, sob o mote *Desafios da memória arquivística*, realiza-se no contexto das Comemorações dos 50 anos do 25 de Abril de 1974.

Os arquivos e o património arquivístico das coletividades, tanto do passado como aqueles que estão hoje a ser constituídos, apresentam vários desafios de gestão, preservação e divulgação, decorrentes dos múltiplos constrangimentos da vida destas associações e da diversidade de suportes e de meios em que a informação é produzida e difundida, entre outros fatores.

A salvaguarda e a valorização dos arquivos destas associações, grande parte delas criadas após abril de 1974, são uma responsabilidade partilhada entre as coletividades e os seus associados, mas também entre entidades públicas e privadas e os cidadãos. A sustentabilidade destes arquivos, a sua continuidade como lugar de prova, conhecimento e memória, dependem da ação de todos os interessados no movimento associativo e da sociedade em geral.

Por este motivo, tratar, preservar, divulgar e reutilizar esta informação única, de forma estruturada e sustentável, serão alguns dos principais desafios que serão debatidos neste Encontro Nacional.

Objetivos do Encontro

1. Obter um maior conhecimento dos arquivos e do património arquivístico das associações de Cultura, Recreio e Desporto (ACRD), antes e depois do 25 de Abril de 1974, bem como do seu contexto de produção;
2. Compreender as lacunas desses arquivos, as suas causas e analisar como se podem prevenir e contornar essas limitações;
3. Conhecer boas práticas e experiências de salvaguarda e valorização da memória arquivística;
4. Conhecer e debater o modo como se pode potenciar o uso e exploração do património arquivístico;
5. Apresentar e debater as vias para a sustentabilidade dos arquivos das ACRD;
6. Identificar os principais desafios que se colocam a estes arquivos no momento em que se comemoram os 50 anos do 25 de Abril de 1974.

Principais temas

Com base nas comunicações e mesa redonda do Encontro, os principais temas em debate no evento são os seguintes:

- A importância dos arquivos das associações de Cultura, Recreio e Desporto para o conhecimento da sua História e das comunidades locais antes de Abril de 1974;
- Os diagnósticos (organizacionais, concelhios, nacionais, etc) à situação dos arquivos destas associações e eventuais definições de estratégia ou soluções para os problemas identificados;
- Os casos de sucesso na constituição e/ou reconstituição dos arquivos e do património arquivístico, incluindo soluções que passem pela criação de arquivos orais;
- Os estudos de caso que permitam destacar boas práticas de tratamento dos arquivos das associações (descrição, avaliação, digitalização, etc);
- A experiências sobre as diversas formas de difusão dos arquivos (exposições, publicações, sites web, etc);
- Os projetos de arquivos de comunidades que valorizem património arquivístico das associações;
- A produção de estudos de História e de outras áreas das Ciências Sociais com base nos arquivos;
- A situação atual das associações e as estratégias para garantir a sustentabilidade dos seus arquivos;
- As parcerias desenvolvidas para guarda, tratamento, divulgação e exploração dos arquivos;
- As iniciativas de entidades públicas (ex. arquivos municipais) e privadas para proteger e valorizar estes arquivos, incluindo trabalho colaborativo e em rede;
- Os casos de abordagens integradas do património cultural das associações (arquivos, bibliotecas e museus).

ENTIDADES ORGANIZADORAS

Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas

Câmara Municipal de Loures

Confederação Portuguesa das Coletividades de Cultura, Recreio e Desporto

Câmara Municipal de Albergaria-a-Velha

Câmara Municipal de Almada

Câmara Municipal de Cascais

Câmara Municipal de Sines

Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria (através da Câmara Municipal de Leiria, Câmara Municipal da Marinha Grande e Câmara Municipal de Pombal, membros da Rede Intermunicipal de Arquivos da Região de Leiria)

COMISSÃO ORGANIZADORA / REPRESENTANTES

Pedro Penteado (coordenação), Catarina Guimarães, Maria José Fidalgo
Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas

Maria Eugénia Silva, Graciete Ramalheiro, Jorge Afonso
Câmara Municipal de Loures

Joaquim Escoval, Artur Martins
Confederação Portuguesa das Coletividades de Cultura, Recreio e Desporto

Hélder Silva
Câmara Municipal de Albergaria-a-Velha

Otília Rosado
Câmara Municipal de Almada

João Miguel Henriques
Câmara Municipal de Cascais

Sandra Patrício
Câmara Municipal de Sines

Luís Miguel Narciso (Câmara Municipal de Leiria), Fernanda Pinto (Câmara Municipal de Pombal), Ana Carvalho, Miguel Afonso (Câmara Municipal da Marinha Grande)

Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria

COMISSÃO CIENTÍFICA

Joana Dias Pereira

João Miguel Henriques

María Zozaya-Montes

Pedro Penteado

Sandra Patrício

PROGRAMA

10 DE MAIO DE 2024

ONLINE

14:00

Abertura da sessão online

Silvestre Lacerda (DGLAB)

Paula Marreiros (CM Loures)

14:15

Conferência de abertura

Joana Dias Pereira (UNL – IHC)

Contributos para a História do associativismo popular na longa duração

15:00

Debate

Moderação: Jorge Afonso (CM Loures)

15:15

Painel 1 - Arquivos e seus contributos para a História das Associações

Moderação: María Zozaya-Montes (U. Évora)

Cidália Ferreira, Ana Graça, Ana Vassalo

A gestão e preservação dos processos das associações nos fundos dos Governos Civis (1835-2011)

Tânia Rodrigues, Joaquim Botinas Fernandes

A importância do arquivo da Casa do Povo do Concelho de Olhão para o conhecimento da comunidade local, no âmbito do Projeto *Archinedd - the architecture of nedd community facilities in Portugal (1945-1985)*

Artur Martins

Importância dos arquivos na História Local: Grupo Desportivo e Cultural de Seiça-Ourém (1971-2021)

16:00

Pausa

16:15

Kevin Carreira Soares

As associações, a democratização da sociedade e os arquivos em Porto de Mós

Ana Graça, Ana Vassalo, Cidália Ferreira

Associações - Os Governos Cívicos e o 25 de Abril na liberdade associativa

16:45

Debate

17:00

Apresentação de orientações técnicas

Pedro Penteado (DGLAB)

Guia de boas práticas para os arquivos das associações de Cultura, Recreio e Desporto. 2. Gestão de documentos de uso não corrente (Arquivo histórico)

17:30

Encerramento

Otília Rosado (CM Almada)

Graciete Ramalheiro (CM Loures)

11 DE MAIO DE 2024
MUSEU DA CERÂMICA
SACAVÉM

9:00

Receção

9:30

Abertura

Nuno Dias, Vereador (CM Loures)

Pedro Penteado (DGLAB)

Joaquim Escoval (CPCCRD)

10:00

Painel 2 – O papel dos municípios na salvaguarda dos arquivos de associações

Moderação: João Miguel Henriques (CM Cascais)

Ana Carvalho, Miguel Afonso

Os inventários dos arquivos associativos da Marinha Grande de 1997: um ponto de partida

Ângela Camolas, Alexandre Freitas

Recensear, redescobrir, recuperar, recolher documentos e memória. Projetos com a comunidade em Palmela

10:30

Pausa

11:00

Carla Mónica de Carvalho Eiriz, José Manuel de Carvalho Pinto

Acordes do tempo: arquivos culturais e a memória das bandas filarmónicas do concelho de Vila Real

José Militão da Silva

As associações culturais e desportivas no concelho de Monforte: diagnóstico da produção documental, sua preservação e perspetivas futuras

Rede de Arquivos da Região de Leiria - RARL

Arquivos das associações de Cultura, Recreio e Desporto: um projeto em construção pela Rede de Arquivos da Região de Leiria

Jorge Janeiro, Maria do Rosário Silva Alves Piteira Martins

Projeto de salvaguarda dos arquivos para preservar a memória das práticas associativas na cidade de Évora

12:00

Debate

12:30

Almoço

14:00

Painel 3 - Tratamento de arquivos de associações

Moderação: Maria José Fidalgo (DGLAB)

Sofia Diogo

O sistema de arquivo da Confederação Portuguesa das Coletividades de Cultura, Recreio e Desporto: diagnóstico e recomendações de melhoria

João Paulo Carreteiro

Arquivo Histórico do Comité Olímpico de Portugal (2020-2021)

Susana Sofia Cunha

Acesso e divulgação online das coleções de fotografia: a coleção fotográfica da Sociedade Harmonia Eboreense

Rute Moura, Otilia Rosado, Vera Correia, Margarida Rodrigues

Fotografias que falam: contributos da comunidade para a descrição de fotografias das coletividades almadenses (1960-1990)

15:00

Debate

15:30

Pausa

16:00

Mesa-redonda: Desafios da memória arquivística

Participação: Artur Martins (CPCCRD), João Miguel Henriques (CM Cascais), María Zozaya-Montes (U. Évora), Pedro Penteado (DGLAB)

Moderação: Sandra Patrício (CM Sines)

17:15

Sessão de encerramento

Catarina Guimarães (DGLAB)

Sónia Paixão, Vice-Presidente (CM Loures)

ATIVIDADES PARALELAS

Exposição *Um século de Portugal*, organizada no âmbito das comemorações do centenário da Confederação Portuguesa das Coletividades de Cultura, Recreio e Desporto (CPCCRD)

Exibição do documentário *Os patrimónios da sociabilidade. As associações em Évora* (María Zozaya-Montes)

17:30 - Exibição da banda de música da Academia Musical Recreativa de Sacavém

RECENSEAR, REDESCOBRIR, RECUPERAR, RECOLHER DOCUMENTOS E MEMÓRIA. PROJETOS COM A COMUNIDADE EM PALMELA

CAMOLAS, ÂNGELA

Câmara Municipal de Palmela

acsousa@cm-palmela.pt

FREITAS, ALEXANDRE

Câmara Municipal de Palmela

afreitas@cm-palmela.pt

Resumo

Em 1910 Palmela perdeu o seu Arquivo no incêndio dos Paços do Concelho de Setúbal, para onde fora transferido aquando da extinção do concelho, em 1855. A restauração chegou em 1926, e é a partir desta data que temos documentação do município. Por isso, desde os finais da década de 1980' começou a desenhar-se uma política de arquivo assente na deteção, inventariação, salvaguarda e organização de arquivos locais relevantes. São os projetos que desta derivam que apresentamos.

O «PRAIM – Programa de Recuperação de Arquivos com Interesse Municipal», recenseou, entre 1996 e 2001, cerca de 6000 unidades de instalação de 29 instituições: autarquias, associações culturais, recreativas e desportivas, Igrejas e Misericórdia. Permitiu redescobrir e recuperar esse património, salvaguardando-o e divulgando-o através de publicações, exposições, formação, protocolos de depósito ou de digitalização, e mais recentemente da disponibilização do catálogo on-line do Arquivo. Foram, também, recebidas doações de arquivos empresariais e familiares, e de coleções particulares. Pelo PRAIM, o município foi distinguido, em 01/06/2018, pela Confederação Portuguesa das Coletividades de Cultura, Recreio e Desporto, com o galardão de “Reconhecimento e Homenagem”. Atualmente, encontramos a apoiar a «Cooperativa de Teatro e Animação O Bando», sediada no nosso território e a comemorar 50 anos, no inventário e digitalização da sua documentação.

Porque esta proximidade com a comunidade enriquece todos, apostamos em dinamizar mais projetos que recolhem testemunhos, fotografias e memória.

O Arquivo de Fontes Orais, constituído pelo Museu em 2003, conta atualmente com mais de uma centena de entrevistas (registo áudio e audiovisual, e transcrição de testemunhos pessoais), referentes a temáticas como a vitivinicultura, ofícios

tradicionais, tradições culturais e religiosas, associativismo - com grande destaque para a música - etc. A história local constrói-se, também, com as estórias e memórias das pessoas, e este entrelaçar do individual no coletivo, reforça as identidades locais, traz mais recursos para pesquisas no âmbito da História Local e salvaguarda a memória.

O Projeto «Uma Imagem, Mil Memórias» iniciado em 2011 pelo Arquivo, dedicado a criar um repositório de imagens do concelho, permitir a sua preservação, utilização e partilha, já digitalizou cerca de 7000 fotografias, pertencentes a entidades públicas ou privadas, singulares ou coletivas, entre elas as instituições abrangidas pelo PRAIM, que cederam as suas coleções fotográficas. Foi criada uma página de Facebook e realizadas exposições que circularam por espaços municipais e pelas sedes de muitas dessas instituições.

Finalmente, o Projeto «Álbum de Família», desenvolvido pela Biblioteca, Arquivo e Museu desde 2016. Recriando os momentos passados entre gerações a folhear álbuns de fotografias, percorre todas as freguesias do concelho a dinamizar encontros com a comunidade, onde são projetadas imagens e registadas as memórias que estas suscitam. O associativismo está tão presente na vida das pessoas, que a memória do movimento associativo extravasa os seus arquivos e encontra-se de um modo muito vivo na memória coletiva. Este projeto é, neste contexto, também, indispensável para a preservação da memória do movimento associativo. Este ano, as sessões calendarizadas entre abril e julho, serão dedicadas ao 50.º aniversário do 25 de Abril de 1974.

Palavras-chave: Arquivos de comunidade; Identidade coletiva local; Memória.

OS INVENTÁRIOS DOS ARQUIVOS ASSOCIATIVOS DA MARINHA GRANDE DE 1997, UM PONTO DE PARTIDA

CARVALHO, ANA

Câmara Municipal da Marinha Grande

ana.carvalho@cm-mgrande.pt

AFONSO, MIGUEL

Câmara Municipal da Marinha Grande

miguel.afonso@cm-grande.pt

Resumo

São cerca de 100 as associações marinhenses, algumas das quais centenárias, que refletem a expressão genuína de interesses individuais em prol dos bens coletivos. Recriam o espírito de cidadania e de confiança entre os cidadãos, contribuindo para a democracia, cidadania ativa e defesa do património.

Estas associações reúnem vontades individuais, trabalhando para um horizonte comum de realização de objetivos coletivos. As associações são os pilares da liberdade, da solidariedade e do progresso, e as gerações futuras devem continuar a predisposição associativa que nos tem prosperado.

A comunicação a apresentar visa dar a conhecer o “Inventário de Arquivos Locais do Concelho da Marinha Grande – 1997”. Trata-se um projeto protocolado entre a Câmara Municipal da Marinha Grande, o Instituto dos Arquivos Nacionais/ Torre do Tombo e o Arquivo Distrital de Leiria. Teve como principal objetivo a “inventariação dos arquivos locais dotados de interesse histórico e cultural” existentes no concelho. Neste conjunto de inventários, foram incluídos os arquivos de 11 associações.

A partir destes inventários, produzidos em 1997, pretende-se aferir o estado atual destes arquivos associativos. A análise comparativa entre 1997 e 2024 pretende mostrar o estado da arte e as medidas tomadas para salvaguardar o património arquivístico nos últimos 25 anos. Esta comunicação tem ainda como intuito a sensibilização a implementação de boas práticas, independentemente do suporte e do ciclo de vida dos documentos.

O objetivo da comunicação é proporcionar uma compreensão mais ampla e atualizada dos recursos técnicos, financeiros e humanos que estas associações

necessitam para assegurar a preservação do seu património arquivísticos para gerações futuras.

Conhecendo as estruturas associativas do concelho da Marinha Grande, que não serão muito diferentes das restantes a nível nacional, afere-se facilmente a necessidade de garantir um apoio técnico de proximidade que, do nosso ponto de vista, depende da administração local através dos seus arquivos. Acreditamos que, ao trabalharmos em conjunto com estas organizações, podemos ajudá-las a desenvolver estratégias eficazes de gestão e manutenção dos seus arquivos.

Propomos estabelecer uma parceria entre o Município da Marinha Grande e o tecido associativo por forma a estabelecer um modelo, mutuamente benéfico, que permita apoiar as associações, desenvolvendo uma estratégia de longo prazo para a salvaguarda do património arquivístico associativo. Ao tirar partido dos recursos e da experiência destes parceiros, podemos estabelecer uma base sólida para a colaboração, por forma a garantir o acesso à informação.

Este modelo, que deverá ser alvo de reflexão partilhada, poderá servir de incentivo a outras instituições que pretendam adotar uma abordagem mais proativa com vista à preservação dos seus arquivos.

Palavras-chave: Arquivos associativos; Boas práticas; Inventários; Salvaguarda.

ARQUIVO HISTÓRICO DO COMITÉ OLÍMPICO DE PORTUGAL (2020-2021)

CARRETEIRO, JOÃO PAULO

Direção-Geral do Livro dos Arquivos e das Bibliotecas

joao.carreteiro@dglab.gov.pt

Resumo

A presente comunicação pretende apresentar à Comunidade o trabalho efetuado pelo autor no Arquivo do Comité Olímpico de Portugal (doravante COP) entre outubro de 2020 e novembro de 2021, destacando a importância da documentação aí recebida, gerada e arquivada, espelho do papel decisivo desta instituição no contexto desportivo em Portugal.

A tarefa contratada ao autor tinha, como objetivo principal, o tratamento da documentação relativa à participação nos Jogos Olímpicos de Sydney (ano 2000) e, como objetivo secundário, a análise, identificação de problemas e apresentação de propostas relativamente ao restante arquivo. Destas duas tarefas foi entregue ao COP um relatório final e respetivos anexos, sendo que se usou a aplicação do RGPD como ação impulsionadora da mudança no Arquivo e na Organização. Esta apresentação é baseada, pois, nesses documentos.

Estrutura da apresentação

1. Introdução

1.1. Breve apresentação do Comité Olímpico de Portugal e do Movimento Olímpico.

1.2. Breve apresentação do Arquivo Histórico do COP e da documentação aí existente: organização, estado geral da documentação do ponto de vista físico; descrição arquivística no programa *Archeevo* e difusão.

2. Tratamento Arquivístico

2.1. Organização das séries documentais: o conceito de "Olimpíada" como elemento agregador decisivo da documentação e do Arquivo do COP.

2.2. O tratamento arquivístico da XXVII Olimpíada de Sidney 2000: problemas e soluções: acomodação física e descrição.

3. Arquivo e gestão dos dados pessoais

3.1. Sensibilização da organização para a gestão dos dados pessoais e papel decisivo da correta gestão destes para uma sociedade livre e um Estado de Direito.

3.2. Contexto do COP e defesa dos dados pessoais do atleta Olímpico.

3.3. Proposta de Metodologia de aplicação do RGPD em organizações como o COP: recuperação da informação e defesa da informação como dois lados da mesma moeda.

3.4. Delimitação do depósito de arquivo, segregação de espaços e controlo de acessos.

4. Balanço da tarefa e aplicação das propostas apresentadas.

Pontos para discussão

Ponto 1: Memórias desportivas como partes integrantes da memória de uma sociedade: o papel dos arquivos históricos nas associações desportivas. Apoio à criação e proteção dos arquivos históricos nas associações desportivas.

Ponto 2: Conselhos a consultores de arquivo que exerçam funções em associações desportivas. Principal linha de ação: a aplicação do RGPD como ação impulsionadora das boas práticas nos arquivos.

Palavras-chave: Arquivos de associações desportivas; Memória Olímpica; Olimpíada; Olimpismo.

ACESSO E DIVULGAÇÃO ONLINE DE COLEÇÕES DE FOTOGRAFIA: A COLEÇÃO FOTOGRÁFICA DA SOCIEDADE HARMONIA EBORENSE

CUNHA, SUSANA SOFIA

Câmara Municipal de Évora - Arquivo Fotográfico

susana.cunha@cm-evora.pt

Resumo

Fundada em 23 de abril de 1849, a Sociedade Harmonia Eborensis (SHE) surge como forma de promover, culturalmente, os seus associados e respetivas famílias, provenientes da burguesia eborensis. No início do séc. XX, o ambiente intelectual republicano influenciava o trilhar da SHE, assumindo-se esta como a sociedade recreativa eborensis mais influente do ponto de vista político. Privilegiavam o ensino e divulgação da música, atividades recreativas, possuíam um clube de teatro e outro de ciclismo, investiram numa biblioteca e ofereciam bolsas aos filhos dos associados com melhores resultados escolares. Estas iniciativas vão perdendo fulgor com o Estado Novo e atividades culturais e intelectuais são substituídas por práticas recreativas como jogos de cartas, bailes e quermesses.

A importância da SHE para a dinâmica social da cidade de Évora suscitou já diversas investigações, das quais se destacam os trabalhos de Almeida (2), Bernardo (3) e Zozaya-Montes (4; 5; 6), entre outros.

As funções principais dos arquivos fotográficos são tratar, conservar e difundir a sua documentação, seja para fins de investigação, didáticos, comerciais ou meramente pessoais. Partindo da noção do princípio de territorialidade dos arquivos, é natural que determinada instituição tenha interesse em ter à sua guarda coleções que sejam originárias da região.

A coleção fotográfica da SHE, colocada em depósito no Arquivo Fotográfico da Câmara Municipal de Évora (AFCME) em 2010, testemunha práticas de sociabilidade das elites eborenses dos finais do séc. XIX e meados do séc. XX. Constituída por 339 espécies fotográficas, a coleção apresenta imagens de diversos fotógrafos, alguns de relevo e importância para a história da fotografia nacional, e reflete eventos relacionados com a atividade da SHE até à segunda metade do século XX. A digitalização é uma forma de potenciar a consulta e divulgação, prevenindo o manuseamento constante dos originais e facilitando o acesso e a pesquisa: tratada e inventariada, a coleção fotográfica está disponível online, através da base de dados do AFCME.

O objetivo geral deste trabalho é dar a conhecer a coleção de fotografia da SHE e o seu papel fundamental na construção da memória coletiva eborense. Como objetivos específicos pretende-se demonstrar as fases de tratamento e inventário da coleção, identificar as séries constituintes e relacionar os temas encontrados com as atividades e objetivos promovidos pela SHE.

A metodologia baseia-se em pesquisa bibliográfica de carácter seletivo e na análise de conteúdo através dos elementos disponibilizados na base de dados e relatórios de tratamento da coleção do AFCME (1).

Espera-se, no final deste trabalho, provar que a reformatação digital de acervos fotográficos e sua consequente disponibilização cumprem as expectativas de um novo público, nomeadamente enquanto substitutos visuais para as fotografias depositadas em instituições, com efeitos significativos à própria coleção e ao seu uso.

Palavras-chave: Arquivo fotográfico; Conservação de fotografia; Divulgação de documentação fotográfica; Sociedade Harmonia Eborense.

Referências bibliográficas

(1) ARQUIVO FOTOGRAFICO DA CÂMARA MUNICIPAL DE ÉVORA - Relatório de tratamento da Colecção da Sociedade Harmonia Eborense, Évora (1.ª fase). 2010. Documento interno.

(2) ALMEIDA, Carmen (coord.) - *A colecção fotográfica da Sociedade Harmonia Eborense*. Évora: Câmara Municipal de Évora: Sociedade Harmonia Eborense, 2010. ISBN 978-989-20-2320-5

(3) BERNARDO, Maria Ana – Espaços e práticas de sociabilidade: o associativismo no Alentejo durante o século XIX. Notas para o seu estudo. 2.º *Encontro de História Regional e Local do Distrito de Portalegre – Atas*. Lisboa: Associação de Professores de História, 1996, p. 201-210.

(4) ZOZAYA-MONTES, María - Os símbolos da Sociedade Harmonia Eborense. Três fases para a definição de uma imagem pública (1849-2014). *Boletim do Arquivo Distrital de Évora*, n.º 1, 2014, p. 43-45.

(5) ZOZAYA-MONTES, María - El archivo asociativo. Patrimonio privado colectivo convertido en bien público: la Sociedade Harmonia Eborense y el Círculo Eborense, 1836-2020. *Boletim do Arquivo Distrital de Évora*, n.º 8, 2019, p. 167-183.

(6) ZOZAYA-MONTES, María - Sociabilidade acústica: El sonido de la asociación: Voces, ruidos y ambientes sonoros en Évora, 1835-1950 In: *Paisagens sonoras históricas: Anatomia dos sons nas cidades* [em linha]. Évora: Publicações do CIDEHUS, 202. [Acedido em 20 de março de 2024] DOI: <https://doi.org/10.4000/books.cidehus.1735>. ISBN: 979-10-365-8457-2

O SISTEMA DE ARQUIVO DA CONFEDERAÇÃO PORTUGUESA DAS COLETIVIDADES DE CULTURA, RECREIO E DESPORTO: DIAGNÓSTICO E RECOMENDAÇÕES DE MELHORIA

DIOGO, SOFIA

Universidade Aberta

sofiadiogo98@gmail.com

Resumo

A aplicação de boas práticas de gestão da informação arquivística é uma prática crucial para qualquer entidade no desempenho das suas atividades diárias. As entidades produtoras e/ou recetoras de documentação devem ter um sistema de arquivo que assegure o tratamento, a conservação e a acessibilidade da documentação analógica e digital ao seu abrigo. A necessidade constante de gestão da informação arquivística e a sua importância são reconhecidas a nível internacional, sendo aí elaboradas e implementadas normas e orientações para auxiliar as entidades nestas práticas. Esta importância advém da necessidade do tratamento da documentação produzida no decurso das suas atividades diárias, numa tentativa de ser assegurado o acesso à informação disponibilizada e, também, de ser alcançada uma padronização que valorize a interoperabilidade e troca de informação com outras organizações, como as da administração pública.

Tendo como base as boas práticas de gestão arquivística, a intervenção apresenta um diagnóstico do sistema de arquivo da Confederação das Coletividades de Cultura, Recreio e Desporto (CPCCRD) a fim de realizar uma análise SWOT para averiguar e propor sugestões de melhoria ao mesmo. A análise ao sistema de arquivo contempla a documentação analógica e digital, pelo que o tema de preservação digital também é abordado, respondendo, assim, a esta preocupação dos dirigentes da CPCCRD.

De modo a cumprir os objetivos recorreu-se à revisão da literatura para o desenvolvimento do enquadramento teórico sobre sistemas de arquivos e as práticas arquivísticas. A bibliografia consultada e os procedimentos metodológicos seguidos contribuíram para a elaboração do diagnóstico. O estudo caracteriza-se pelos procedimentos de investigação qualitativa de observação do funcionamento do sistema de arquivo, assim como de reuniões de trabalho com a CPCCRD e de entrevistas a alguns dos seus atores.

A aglutinação dos procedimentos metodológicos proporcionou a elaboração de um diagnóstico rigoroso e da sugestão de melhorias pertinentes à entidade em

estudo. Perante os resultados aferidos através da investigação, verificam-se algumas incorreções e incoerências no Plano de Classificação e a urgência da implementação do processo de avaliação arquivística, pois pode beneficiar o sistema de arquivo em variadas vertentes, tais como a redução do risco de falta de espaço para armazenamento e de existência de documentação acumulada. A digitalização da documentação revela alguns pontos fracos, no que concerne à falta de recursos materiais e financeiros para investimento em projetos com este objetivo. Foi ainda evidenciada a falta de conhecimentos teóricos e técnicos sobre preservação digital, o que pode colocar em risco a documentação em suporte digital. Por último, foram apresentadas recomendações que resultassem na melhoria das práticas de gestão arquivística da CPCCRD, numa visão de melhoria constante do sistema de arquivo.

Palavras-chave: CPCCRD; Diagnóstico; Gestão da informação arquivística; Sistema de arquivo.

ACORDES DO TEMPO: ARQUIVOS CULTURAIS E A MEMÓRIA DAS BANDAS FILARMÓNICAS DO CONCELHO DE VILA REAL

EIRIZ, CARLA MÓNICA DE CARVALHO

Câmara Municipal de Vila Real – Arquivo Municipal de Vila Real

carlaeiriz@cm-vilareal.pt

PINTO, JOSÉ MANUEL DE CARVALHO

Câmara Municipal de Vila Real – Arquivo Municipal de Vila Real

jose.pinto@cm-vilareal.pt

Resumo

Os arquivos das associações culturais cooperam para a dinamização das comunidades de formas dispare, que são de responsabilidade partilhada entre as coletividades e os seus associados, mas também entre entidades públicas e privadas e os cidadãos. O presente artigo apresenta alguns resultados e reflexões subsequentes da investigação que os autores têm em curso sobre o estado dos arquivos das Bandas Filarmónicas do concelho de Vila Real. O seu objetivo é apresentar um projeto de sensibilização e preservação dos arquivos e memórias culturais das Bandas Filarmónicas do concelho de Vila Real. Este projeto teve início com o convite às quatro Bandas centenárias Mateus, Portela, Sanguinhedo e Nogueira, para a participação e realização de uma Exposição Coletiva com elementos dos respetivos espólios, e à qual foi dado o título “Bandas de Música do concelho de Vila Real – Património musical intemporal”, realizada no Arquivo Municipal de Vila Real, com a sua inauguração no Dia Internacional dos Arquivos de 2023, dia que procura sublinhar a importância dos arquivos e, o seu papel fundamental na sociedade. O projeto incluiu reuniões, visita às coletividades para diagnóstico e análise dos espólios, seleção das peças e documentos para a exposição, receção e higienização dos mesmos, montagem da exposição e elaboração de um catálogo, palestras, atividades artísticas e posteriormente realização de um inquérito as coletividades envolvidas.

Considerando a história das bandas de música no concelho de Vila Real e a sua importância sociocultural para as suas comunidades locais e a região onde estão inseridas, esta iniciativa teve como principais objetivos:

1. Analisar o impacto da sensibilização e preservação dos arquivos das Bandas Filarmónicas na comunidade local.

2. Avaliar a eficácia das estratégias utilizadas no projeto para promover a preservação da memória histórica das bandas.

Na sequência da investigação em relação ao ponto 2, surgiram novas questões que podem ser equacionadas para estudos futuros, nomeadamente:

- Como é que as associações culturais podem envolver de forma mais eficaz os membros da comunidade na preservação dos arquivos e na promoção da cultura local?
- De que forma as tecnologias digitais podem ser integradas na preservação e acessibilidade dos arquivos das Bandas Filarmónicas, especialmente para alcançar públicos mais jovens?

3. Investigar o envolvimento da comunidade na reflexão sobre a importância das associações culturais na construção da memória local.

A metodologia utilizada na referida investigação é uma metodologia qualitativa, centrando-se em procedimentos interpretativos e heurísticos de análise e interpretação de dados. O método utilizado foi a pesquisa empírica, baseado em evidências concretas e na observação direta. Os métodos de recolha de dados aplicados foram:

- Observação direta, com registo de diversos apontamentos e memorandos do que foi analisado.
- Pesquisa documental.
- Realização de inquérito por questionário dirigido aos responsáveis das associações culturais para compreender o impacto do projeto.

Esta iniciativa está alinhada com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), principalmente com o ODS 4 (Educação de Qualidade), ODS 11 (Cidades e Comunidades Sustentáveis) e ODS 16 (Paz, Justiça e Instituições Eficazes). Esta abordagem visa promover a educação cultural e histórica, dinamizar as comunidades locais e fortalecer as instituições locais, contribuindo assim para um desenvolvimento sustentável e inclusivo.

Concluimos que este projeto apoiou os responsáveis das bandas de música a refletirem sobre a importância dos arquivos e da aplicação de boas práticas para a preservação da memória histórica das mesmas e da região onde estão inseridas. Com especial atenção para aqueles que contribuíram para a sua criação, dinamização e manutenção das bandas ao longo do tempo.

Esta ação plantou a semente para uma futura preocupação permanente e responsável pela criação e manutenção dos arquivos das associações de cultura, recreio e desporto do concelho de Vila Real, tanto por parte dos responsáveis das bandas como das autoridades locais.

Palavras-chave: Arquivos culturais; Bandas filarmónicas; Desenvolvimento sustentável; Património cultural; Preservação.

Referências bibliográficas

Diogo, S. A. A. - *O sistema de arquivo da Confederação Portuguesa das Coletividades de Cultura, Recreio e Desporto: diagnóstico e recomendações de melhoria* [dissertação de mestrado, Universidade Nova]. Lisboa, 2022. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10362/138214>

Martins, A.; Henriques, J.; Silva, M. E.; Fidalgo, M. J.; Pereira, M. L.; Penteado, P.; Patrício, S.; Barão, T. - *Guia de boas práticas para os arquivos das associações de Cultura, Recreio e Desporto. 1. Gestão de documentos de uso corrente (Vol. 1)*. Lisboa: Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas, 2019. Disponível em: <http://arquivos.dglab.gov.pt/wp-content/uploads/sites/16/2019/07/Guia-arquivos-associacoes-1-v1.pdf>

A GESTÃO E PRESERVAÇÃO DOS PROCESSOS DAS ASSOCIAÇÕES NOS FUNDOS DOS GOVERNOS CIVIS (1835-2011)

FERREIRA, CIDÁLIA

Secretaria-Geral do Ministério da Administração Interna

cmferreira@sg.mai.gov.pt

GRAÇA, ANA

Secretaria-Geral do Ministério da Administração Interna

acgraca@sg.mai.gov.pt

VASSALO, ANA

Secretaria-Geral do Ministério da Administração Interna

atsilva@sg.mai.gov.pt

Resumo

A presente proposta de comunicação pretende apresentar os objetivos gerais, a metodologia e os resultados do projeto que a SGMAI desenvolveu objetivando a salvaguarda, a preservação e a disponibilização dos processos de associações, nomeadamente a sua inventariação, digitalização e descrição.

Através do Decreto-Lei n.º 114/2011 de 30-11-2014 são transferidas as competências dos Governos Civis para outras entidades. A Secretaria-Geral do Ministério da Administração Interna (SGMAI), entre outras atribuições, ficou responsável pelo tratamento e conservação dos arquivos, centros de documentação e bibliotecas daqueles organismos.

Face à temática deste congresso, será destacado o papel regulador do Governador Civil no âmbito da aprovação dos estatutos e regulamentos de associações de diversas tipologias: instrução, saúde, recreio, beneficência, irmandades, confrarias, trabalhadores, religiosas, etc., no período compreendido entre 1835 até ao esvaziamento das suas competências.

Com a comunicação pretende-se analisar os processos de associações nos Governos Civis, focalizando no seu tratamento técnico coordenado pela Divisão de Documentação e Arquivo da SGMAI. Pretende-se ainda apresentar uma visão abrangente sobre a gestão, descrição, avaliação e disponibilização desses documentos, destacando a importância como fonte para a História contemporânea: sociedade, cultura, evolução política entre outras.

Esta comunicação tem o intuito também de debater as metodologias da disponibilização desta informação e a sua integração com outros projetos (iniciativas existentes que foram efetuadas para tornar os arquivos das associações acessíveis ao público).

Palavras-chave: Arquivo; Associações; Disponibilização; Governos Cívicos; Tratamento arquivístico.

ASSOCIAÇÕES – OS GOVERNOS CIVIS E O 25 DE ABRIL NA LIBERDADE ASSOCIATIVA

GRAÇA, ANA

Secretaria-Geral do Ministério da Administração Interna

acgraca@sg.mai.gov.pt

VASSALO, ANA

Secretaria-Geral do Ministério da Administração Interna

atsilva@sg.mai.gov.pt

FERREIRA, CIDÁLIA

Secretaria-Geral do Ministério da Administração Interna

cmferreira@sg.mai.gov.pt

Resumo

A presente proposta de comunicação pretende apresentar os processos de associações dos Governos Civis antes e após o 25 de Abril de 1974. Considerando a competência do Governador Civil em aprovar estatutos de associações, entre 1862-1974, e a alteração dada pela Lei n.º 3/74, de 14 de maio (liberdade de reunião e de associação), apresentamos um panorama da liberdade associativa visível na ausência da necessidade de autorização política para a criação de associações, formalização dos estatutos e sua legalização.

Centrar-nos-emos no Governo Civil de Lisboa como estudo de caso, nomeadamente, em alguns exemplos específicos de associações que nos permitem apresentar a referida realidade, quer através do estudo comparativo do tipo de associação, quer através da análise de alguns estatutos.

O movimento associativo livre não existia durante o Estado Novo, sobretudo enquanto concepção «orgânica» da sociedade civil. Não gozava das prerrogativas que foram atribuídas não só à estrutura estatal como às organizações da Igreja Católica inseridas na Ação Católica (Concordata de 1940). No entanto, tal movimento, conseguiu sobreviver e atravessar o tempo mantendo uma alternativa cultural, baseada nas sociabilidades locais e assente no voluntarismo sociocultural, foi assim que depois se recuperou e renovou como associativismo popular independente.

É no período imediatamente a seguir ao Estado Novo, com a revolução de 25 de Abril de 1974, que surge um aumento de associativismo em Portugal.

Se no Estado Novo a liberdade de associação era cerceada e a formação de organizações populares era vigiada e condicionada através dos Governos Cívicos e outros Organismos, os anos que se seguiram à revolução de abril são marcados por uma elevada participação dos cidadãos no espaço público, levando ao aparecimento de um grande número de organismos associativos e a uma maior diversificação da própria natureza e objetivos dessas mesmas associações.

Diversificaram-se as possibilidades de intervenção, apareceram movimentos sociais populares ao nível das empresas, da administração pública, do exército, habitação, saúde, ensino, cultura, agricultura, modos de vida, etc., contribuindo para um fluxo associativista que levou a realidade associativa nacional ao progressivo reconhecimento formal das entidades associativas, como agentes de desenvolvimento e integração do país.

Palavras-chave: 25 de Abril; Associações; Estatutos; Liberdade associativa.

PROJETO DE SALVAGUARDA DOS ARQUIVOS PARA PRESERVAR A MEMÓRIA DAS PRÁTICAS ASSOCIATIVAS NA CIDADE DE ÉVORA

JANEIRO, JORGE

Arquivo Distrital de Évora

jorge.janeiro@adevr.dglab.gov.pt

MARTINS, MARIA DO ROSÁRIO PITEIRA

Câmara Municipal de Évora

maria.rosario.martins@cm-evora.pt

Resumo

Desde 2019 que o Arquivo Distrital de Évora, por intermédio da Rede de Arquivos do Distrito de Évora (RAA-DE), tem dinamizado a Estratégia de Salvaguarda do Património do Distrito de Évora. Esta foi concebida de forma colaborativa e, embora seja coordenada pelo Arquivo Distrital, é concretizada na prática por cada um dos membros da Rede, que adotou a sua própria Estratégia de Salvaguarda. No seu conjunto, aqueles procederam à recolha, tratamento e disponibilização de cerca de 30 fundos arquivísticos até ao momento, implementando a Estratégia de forma flexível e adaptada a cada realidade. Hoje apresenta-se o estudo de caso de um dos concelhos em que tem vindo a ser executada.

A Câmara Municipal de Évora, com a colaboração da Universidade de Évora, está a desenvolver, desde 2020, um projeto de salvaguarda da memória das práticas associativas da cidade através do tratamento arquivístico da documentação das mesmas.

Pretende-se efetuar um diagnóstico da situação e tratamento dos arquivos das associações de índole cultural, recreativa e de desporto da cidade e definir uma estratégia de salvaguarda e valorização do património arquivístico dessas entidades.

O desenvolvimento do projeto envolve três parceiros: o Arquivo Municipal de Évora, o CIDEHUS - Universidade de Évora e as associações, sendo que cada um deles participa de acordo com protocolo antecipadamente constituído.

Com o referido projeto, a Câmara Municipal de Évora, através do seu Arquivo Municipal tem os seguintes objetivos:

- Sensibilizar os dirigentes associativos sobre a importância da documentação arquivística que está à sua guarda;

- Promover junto das associações a aplicação de medidas que incentivem e facilitem o tratamento e a salvaguarda dos seus arquivos;
- Contribuir para a criação de repositórios de informação organizacional e de memória da atuação das associações nas comunidades locais;
- Favorecer o acesso de públicos mais ou menos especializados ao acervo documental das associações disponibilizando o inventário dos seus arquivos.

O desenvolvimento do projeto está definido segundo algumas etapas, de forma sequencial, que vão desde o contacto com os dirigentes das associações até ao tratamento dos arquivos das mesmas.

É nosso intuito, através da participação no II Encontro Nacional de Arquivos das Associações de Cultura, Recreio e Desporto:

- Apresentar de forma mais detalhada o projeto em curso, nomeadamente os seus fundamentos, sua metodologia e estratégia de divulgação;
- Sublinhar o papel das autarquias locais para a defesa da memória arquivística das comunidades;
- Exemplificar de que modo o projeto pode contribuir para o conhecimento mais aprofundado sobre a importância das associações voluntárias para a criação de dinâmicas de participação cívica e no espaço público das populações.

Assim, dar-se-ão a conhecer boas práticas e experiências de salvaguarda e valorização da memória arquivística e debater-se-á o modo como se pode potenciar o uso e exploração do património arquivístico.

Palavras-chaves: Arquivo; Associativismo; Évora; Memória; Salvaguarda.

IMPORTÂNCIA DOS ARQUIVOS NA HISTÓRIA LOCAL: GRUPO DESPORTIVO E CULTURAL DE SEIÇA – OURÉM (1971/2021)

MARTINS, ARTUR

Grupo Desportivo e Cultural de Seiça - Ourém

simart.artur@gmail.com

Resumo

Esta apresentação tem como objetivo salientar a suma importância dos arquivos quando se pretende estudar a história local, no caso de um polo de desenvolvimento que foi e é o Grupo Desportivo e Cultural de Seiça – Ourém. Trata-se de um estudo de caso que utiliza o método descritivo, tendo por base o arquivo da associação, que se encontra devidamente organizado, sem o que não seria possível elaborar este trabalho.

O estudo em presença é a salvaguarda da memória de 50 anos de vida da associação, considerando também alguns elementos da freguesia de Seiça, concelho de Ourém à época da fundação da associação (24 de abril de 1971) e, ainda, a situação do associativismo antes de 25 de Abril de 1974 no então concelho de Vila Nova de Ourém.

A comunicação que ora se apresenta é constituída principalmente por:

Introdução, na qual se realça a importância dos arquivos, na vida das associações, quer o arquivo corrente que se pode considerar como um instrumento de gestão, quer o arquivo permanente que permite a investigação da vida da comunidade onde se insere a associação, no que se refere a este trabalho é um exemplo acabado dessa utilidade e imprescindibilidade, utilizando os métodos estudo de caso e descritivo.

Corpo principal: uma breve resenha do caso de estudo em presença, nomeadamente os primeiros passos e transformação, a sua apresentação e vida e obra, nos seus três ciclos (1975-1985; de 1986/87 a 1999/2000; 2001-2021). No primeiro dos quais assistimos a uma importante dinamização cultural e animação desportiva, no segundo foi como um retomar a atividade assente fundamentalmente no futebol que já vinha da sua fundação e o terceiro a que se assistiu a um novo fôlego que se consubstanciou na reativação do grupo de teatro e no forte incremento do seu património (construção do edifício sede e implantação do piso sintético no campo de futebol).

Palavras-chave: História associativa; Grupo Desportivo e Cultural de Seiça.

FOTOGRAFIAS QUE FALAM: CONTRIBUTOS DA COMUNIDADE PARA A DESCRIÇÃO DE FOTOGRAFIAS DAS COLETIVIDADES ALMADENSES (1960-1990)

MOURA, RUTE

Câmara Municipal de Almada

rmoura@cma.m-almada.pt

ROSADO, OTÍLIA

Câmara Municipal de Almada

orosado@cma.m-almada.pt

CORREIA, VERA

Câmara Municipal de Almada

vcorreia@cma.m-almada.pt

RODRIGUES, MARGARIDA

Câmara Municipal de Almada

mmsrodrigues@cma.m-almada.pt

Resumo

O Arquivo Histórico de Almada abriga um património documental, onde a imagem fotográfica ocupa um papel importante no registo de momentos cruciais da história local.

Este projeto trata da descrição de imagens fotográficas dos arquivos das coletividades do concelho de Almada, recentemente tratados e parcialmente disponibilizados para difusão no Arquivo Histórico.

Ao longo dos anos, as coletividades foram locais de celebração e construção de relações sociais, foram lugares de resistência fundamentais para a construção da democracia e combate ao antigo regime. Foram também pilares de uma educação não formal no território de Almada contribuindo para o que é hoje um território de culturas.

Esta é uma iniciativa colaborativa que convida as comunidades seniores e a população em geral a participar, cujos objetivos são: incentivar a participação da comunidade na preservação do património cultural; promoção do envelhecimento ativo e da inclusão social; enriquecimento da descrição das imagens; criar um

sentido de pertença e orgulho na comunidade; difundir a documentação de arquivo.

A recolha de dados será efetuada através da organização de sessões de trabalho em conjunto, onde as fotografias serão exibidas e discutidas. Em sessões efetuadas nas sedes das coletividades e em centros de dia do território a que essas mesmas coletividades pertencem, convidamos os participantes a partilhar as suas memórias, proporcionando não apenas uma descrição factual, mas também um contexto enriquecido pelo valor sentimental e cultural.

No ano em que se comemoram os 50 anos do 25 de Abril de 1974, será dada relevância à recolha de depoimentos que permitam efetuar um contraste entre aquelas que eram as vivências antes e depois da revolução.

As bibliotecas da Rede Municipal de Bibliotecas de Almada enquanto ponto de encontro da comunidade, assim como o Departamento de Intervenção Social e Saúde da Câmara Municipal de Almada enquanto ligação com os lares e centros de dia do concelho, constituem-se parceiros do projeto.

Encontrando-se numa fase embrionária de conceção relativamente à escolha dos documentos fotográficos e à operacionalização das fases de implementação, este caminho propõe-se ser percorrido de modo faseado, permitindo um tempo nas relações e nos diálogos que se pretendem estabelecer entre as fotografias e a comunidade sénior. É nesta relação, que os documentos e as vias de recolha de testemunhos poderão acrescentar informação a estes arquivos visuais que, muitas vezes, carecem de dados sobre os mesmos.

De entre os desafios identificados à partida, há perguntas sobre as quais se reconhece desde já a urgência para uma reflexão atenta: Como devolver algo às comunidades que aceitam participar nestes projetos colaborativos? Como tratar toda a informação e materiais recolhidos no contexto das bibliotecas e arquivos?

Ao finalizar este projeto de descrição de fotografias, o Arquivo Histórico de Almada não será apenas um repositório de documentos, mas sim um testemunho vivo da história, onde as narrativas das coletividades e das pessoas que nelas participaram são preservadas para as gerações vindouras. Este é um exemplo de como a colaboração com a comunidade pode dar vida a um arquivo, transformando-o numa fonte inesgotável de conhecimento e inspiração.

Palavras-chave: 25 de Abril de 1974; Coletividades almadenses; Descrição de fotografias; Difusão; Preservação; Projeto colaborativo.

CONTRIBUTOS PARA A HISTÓRIA DO ASSOCIATIVISMO POPULAR NA LONGA DURAÇÃO

PEREIRA, JOANA DIAS

FCSH-UNL e ESSE-IPS

joana.dp@gmail.com

Resumo

Nesta comunicação procura-se caracterizar o contexto de emergência e as principais linhas de desenvolvimento do associativismo popular, ensaiando uma história na longa duração. Recua-se às suas origens oitocentistas e analisa-se a sua evolução até à atualidades, explorando a integração do fenómeno com o processo histórico geral e as suas conexões com os restantes movimentos sociais. Argumenta-se que o associativismo voluntário integrou um novo repertório de ação coletiva que acompanha a transição do *Anciën Regime* para a modernidade e que estas organizações potenciaram a democratização da participação cívica durante o período liberal e republicano. Ilustra de que forma as coletividades resistiram à imposição de um regime de tendência totalitária que procurava controlar todas as esferas da vida social, como floresceram e acompanharam o processo de mobilização social inédito que marcou a Revolução portuguesa, e, finalmente, o papel que desempenharam na construção do Portugal democrático.

Palavras-chave: Associativismo popular; Associativismo voluntário; Democratização; Movimentos sociais; Participação cívica.

ARQUIVOS DAS ASSOCIAÇÕES DE CULTURA, RECREIO E DESPORTO UM PROJETO EM CONSTRUÇÃO PELA REDE DE ARQUIVOS DA REGIÃO DE LEIRIA

RARL - REDE DE ARQUIVOS DA REGIÃO DE LEIRIA

rarl@cimregiaodeleiria.pt

Resumo

Em Portugal, as Associações Culturais, Recreativas e Desportivas desempenham um papel fundamental no reforço da democracia, na cidadania ativa e na defesa do património com impacto na comunidade local. Todavia, existem constrangimentos na salvaguarda da memória institucional destas Associações sobre os quais importa refletir.

Esta proposta pretende contribuir para conhecer este universo no nosso país, e sobretudo no território da Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria (CIMRL), nomeadamente; Alvaiázere, Ansião, Batalha, Castanheira de Pera, Figueiró dos Vinhos, Leiria, Marinha Grande, Pedrógão Grande, Pombal e Porto de Mós.

Tomando como estudo de caso os arquivos destas Associações e dando relevo à questão da gestão documental, a apresentação debruça-se sobre o ponto de situação do projeto de “Salvaguarda dos Arquivos das Associações da Região de Leiria”, nos Municípios que pertencem à CIMRL, articulando com os dados recolhidos para o diagnóstico aos arquivos associativos deste território.

Após o desafio lançado pela Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas, à Rede de Arquivos da Região de Leiria (RARL) desenvolveram-se iniciativas de sensibilização e apoio técnico aos arquivistas e dirigentes associativos.

A primeira ação de sensibilização para a salvaguarda dos Arquivos, teve lugar no Arquivo Distrital de Leiria, a 30 de setembro de 2022. Neste evento estiveram presentes os arquivistas da RARL e elementos das Associações de todos os concelhos do distrito de Leiria, com destaque para a apresentação dos casos práticos do tratamento documental do Orfeão de Leiria e da Sociedade Artística Musical dos Pousos (SAMP).

Posteriormente, realizou-se a formação “Boas Práticas para os Arquivos das Associações de Cultura, Recreio e Desporto”, na Biblioteca Afonso Lopes Vieira (14 e 15 de novembro de 2022) a cargo de Maria José Fidalgo (DGLAB). O guia/manual de gestão de documentos das Associações e o quadro de classificação, com uma tipificação controlada das atividades, foram as ferramentas disponibilizadas para auxílio no caminho da preservação do património arquivístico das entidades.

Por último, foi promovida uma sessão de esclarecimentos sobre a matriz de Questionário aos Arquivos das Associações de Cultura, Recreio e Desporto, elaborado pela DGLAB para levantamento da documentação existente nas Associações.

Além de um diagnóstico, a DGLAB, em parceria com a Confederação Portuguesa das Coletividades de Cultura, Recreio e Desporto (CPCCRD), definiu uma estratégia para a preservação e valorização do património arquivístico das Associações. Assente nesta política de preservação da DGLAB, a RARL adaptou a matriz do questionário, como instrumento de trabalho para recolha de informação.

Presentemente, este projeto encontra-se na fase de identificação e caracterização destas Associações, o que permitirá o conhecimento do património arquivístico. Este estudo prévio iniciará com a caracterização do universo das Associações, com destaque para o seu número, distribuição geográfica (localidades, freguesias, concelhos) e data de fundação.

Em suma, este projeto de salvaguarda poderá levar-nos a uma melhor perceção das lacunas e carências que as Coletividades têm em reunir, preservar, organizar e difundir os seus espólios documentais. Caberá às Autarquias Locais demonstrarem o interesse em prestar apoio técnico arquivístico no projeto de valorização de fundos documentais pertencentes às Associações do seu território. De sublinhar que estas exercem um papel de destaque e contribuem para a mobilização dos seus associados para assuntos culturais, recreativos e desportivos. Por outro lado, esta sinergia com as diversas entidades permitirá a otimização de meios na preservação e divulgação da memória da própria associação e comunidade.

Palavras-chave: Arquivos associativos; CIMRL; Gestão documental; Salvaguarda; RARL.

A IMPORTÂNCIA DO ARQUIVO DA CASA DO POVO DO CONCELHO DE OLHÃO PARA O CONHECIMENTO DA COMUNIDADE LOCAL, NO ÂMBITO DO PROJETO ARCHNEDD – THE ARCHITECTURE OF NEDD: COMMUNITY FACILITIES IN PORTUGAL 1945-1985

RODRIGUES, TÂNIA

CEIS20 - Universidade de Coimbra

tania.rodrigues@uc.pt

FERNANDES, JOAQUIM BOTINAS

Casa do Povo do Concelho de Olhão

casapovo.moncarapacho@gmail.com

Resumo

A presente comunicação tem o propósito de responder a um convite da atual direção da Casa do Povo do Concelho de Olhão (CPCO) para representar esta instituição que, tendo o seu arquivo histórico organizado, gostaria de partilhar neste 2.º Encontro Nacional de Arquivos de Associações (...) a experiência e o contacto com o seu património documental e cultural. Neste sentido a presente comunicação trata os temas da tomada de consciência sobre a importância deste espólio documental que se encontrava acumulado e por organizar num antigo reservatório localizado na torre do edifício, o que levou a direção da CPCO a procurar soluções/colaboraões que permitissem empreender a organização desta documentação segundo as normas arquivísticas vigentes. Por outro lado, e consequentemente, pretende-se apresentar alguns dos resultados que essa iniciativa tem vindo a proporcionar junto das comunidades académica e profissional e o impacto que estas interações provocam na comunidade local e em iniciativas encetadas pela CPCO. A consciencialização da importância da história da Casa do Povo de Moncarapacho (designação original da CPCO) que, enquanto organismo corporativo do Estado Novo, teve um impacto muito relevante na história do século XX desta comunidade rural, tem permitido esta instituição e este edifício comunitário perseverar, inclusive após o 25 de Abril de 1974. Como outras instituições do Estado Novo a CPCO soube adaptar-se e renascer enquanto pilar fundamental da comunidade moncarapachense, estendendo atualmente a sua ação a todo o concelho. A preservação de grande parte do seu espólio documental que resulta essencialmente do trabalho desenvolvido nas diversas vertentes que as Casas do Povos tinham para com as respetivas comunidades rurais, permitiu que recentemente a direção da CPCO empreendesse uma ampliação ao edifício sede original com o intuito de responder a novas necessidades da população na

área da ação social para jovens e adultos. O projeto de arquitetura da nova estrutura reflete o conhecimento do contexto histórico-social subjacente à construção do edifício primitivo, o qual foi possível recolher a partir da consulta ao seu arquivo, entretanto tratado, e o resultado foi a construção de um novo volume perfeitamente integrado, em total respeito pelo preexistente sem perturbar a leitura do conjunto original. Também no decorrer deste último ano o espólio do arquivo da CPCO veio permitir responder a alguns dos objetivos do estudo científico – *ArchNeed - The Architecture of Need: Community Facilities in Portugal 1945-1985* –, um projeto das Universidades de Évora (CIDEHUS), de Coimbra (CEIS20) e do ISCTE-IUL (DINÂMIA'CET), financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (PTDC/ART-DAQ/6510/2020) que se debruça sobre o conhecimento histórico consolidado sobre os edifícios e conjuntos urbanos onde se desenrola a nossa vida coletiva quotidiana com o propósito de apoiar a sustentabilidade e resiliência das nossas comunidades. Incidindo, geograficamente, sobre o sul do país (Portalegre, Évora, Beja e Faro) o projeto tem uma forte componente de investigação ao nível dos arquivos locais. A proximidade e colaboração com atuais entidades gestoras deste património documental e edificado é outra das valências deste projeto que procura promover atividades de troca de memórias e conhecimento com as comunidades locais.

Palavras-chave: Arquivo privado; Casa do Povo do Concelho de Olhão (CPCO); História local.

AS ASSOCIAÇÕES CULTURAIS E DESPORTIVAS NO CONCELHO DE MONFORTE: DIAGNÓSTICO DA PRODUÇÃO DOCUMENTAL, SUA PRESERVAÇÃO E PERSPETIVAS FUTURAS

SILVA, JOSÉ MILITÃO DA

Município de Monforte

joseimsilva@gmail.com

Resumo

A presente comunicação pretende transmitir informação sobre a grande quantidade de associações criadas no concelho de Monforte na Primeira República Portuguesa e durante o Estado Novo, a sua distribuição segundo diferentes grupos sociais e a produção documental destas entidades, como também verificar a sua situação atual nos diversos Arquivos.

Pretendemos ainda analisar como evoluiu o associativismo no concelho desde a Primeira República Portuguesa até à atualidade, assim como verificar se a documentação produzida pelas associações se encontra salvaguardada, nos diferentes arquivos caso existam.

São também objetivos da comunicação verificar qual a adesão das associações mais antigas às novas formas de comunicação e de divulgação, com particular destaque para as redes sociais, nomeadamente o Sporting Clube Assumarense (1934) e a Sociedade Filarmónica Monfortense "Os Encarnados" (1940).

Pretendemos igualmente identificar as novas associações criadas pós 25 de Abril de 1974, o estado atual da sua produção documental, e se estarão asseguradas as suas "memórias", nos seus arquivos particulares.

Em termos metodológicos, tendo em consideração que não existe ainda nenhum estudo semelhante ao que se vai apresentar, iremos cruzar informação obtida nos diversos arquivos, no caso das associações, com documentação existentes em arquivos públicos e ver como estão classificadas, nomeadamente no Arquivo Distrital de Portalegre e no Arquivo Histórico do Concelho de Monforte (AHCM). Iremos ainda tentar inquirir os presidentes atuais das associações em atividade neste concelho, partindo da elaboração de um breve questionário, visando saber que tipo de documentação têm, como está salvaguardada e divulgada, complementado através de visitas às associações que justifiquem a verificação "in loco" da sua produção documental.

Resultados previstos para esta comunicação:

- a) Relação entre os diversos períodos cronológicos e a quantidade de associações criadas;
- b) Relação entre os diversos períodos cronológicos, a documentação produzida pelas associações e a sua salvaguarda;
- c) Reflexões sobre que tipos de ações devem ser tomadas para garantir a salvaguarda da produção documental das associações mais recentes.

Palavras-chave: Arquivo; Associações; Diagnóstico; Memória; Monforte.

AS ASSOCIAÇÕES, A DEMOCRATIZAÇÃO DA SOCIEDADE E OS ARQUIVOS EM PORTO DE MÓS

SOARES, KEVIN CARREIRA

Arquivo Municipal de Porto de Mós

kevin.soares@municipio-portodemos.pt

Resumo

A Constituição de 1976 consagrou o direito de associação, entendido como um dos pilares fundamentais do sistema democrático que se consolidava. Foi, por isso, sem surpresa que o número de associações aumentou rapidamente em algumas regiões do país.

No âmbito das comemorações do Cinquentenário do 25 de Abril em Porto de Mós, durante o ano de 2022 privilegiaram-se as perspetivas *bottom-up*, propiciando vários encontros com as comunidades das dez freguesias atuais, em lógicas de proximidade. Um dos objetivos era o de identificar as associações criadas entre os anos de 1974 e 1982 e avaliar a importância do movimento associativo como uma das manifestações da Democratização da sociedade.

O cruzamento dos estatutos existentes nos fundos do Governo Civil do Arquivo Histórico do Ministério da Administração Interna, da memória local e das bases de dados atuais do município, permitiu identificar 38 associações ativas até ao fim de 1982. Destas, 21 foram fundadas entre a revolução de 25 de Abril de 1974 e o referido ano de 1982.

Esta proposta tem três objetivos distintos. O primeiro procura fazer uma caracterização geral da dispersão das associações no concelho. A análise elaborada até este momento permite perceber a forte presença das associações, inclusivamente em territórios rurais, onde as instituições públicas e privadas têm menor presença, constatação que contribui para salientar a importância da correta gestão documental das associações, em perspetiva história.

Em segundo lugar, serão destacados os arquivos de quatro associações concelhias, com períodos de constituição (pré e pós 25 de Abril) e implantação (rural/urbano) distintos, procurando perceber forças e fraquezas da gestão arquivística local, em diálogo com o trabalho desenvolvido até agora pela DGLAB. O trabalho desenvolvido até este momento permite constatar que há tipologias documentais que são alvo de maior atenção na maioria das associações (como sucede com as séries associadas à gestão financeira), ao passo que outras séries são frequentemente negligenciadas (como sucede com os materiais de divulgação de atividade, ao longo do tempo). Os principais obstáculos apontados têm sido a

falta de recursos humanos especializados e a ausência de espaços físicos adequados.

Finalmente, a terceira parte procurará contribuir para a discussão sobre as práticas internas das associações que os documentos escritos não refletem. Das praxes e os rituais associados, ao uso da roupa ou de outras práticas, pretende dar-se um contributo para perceber os limites do arquivo na perspetiva da salvaguarda do património associativo e a importância de projetos articulados para o conhecimento da memória associativa que, por força de mudanças profundas da sociedade nos últimos 50 anos, se encontra em rápida transformação.

Palavras-chave: Arquivo; Arquivos associativos; Património; Porto de Mós.

APRESENTAÇÃO DE ORIENTAÇÕES TÉCNICAS

PENTEADO, PEDRO

Direção-Geral do Livro dos Arquivos e das Bibliotecas

pedro.penteado@dglab.gov.pt

Resumo

A componente do II Encontro destinada à apresentação de orientações técnicas centra-se na divulgação do *Guia de boas práticas para os arquivos das associações de Cultura, Recreio e Desporto. [Módulo] 2. Gestão de documentos de uso não corrente (Arquivo histórico)*.

Inicia-se com uma apresentação do contexto de produção do documento, onde se destaca o trabalho de um Grupo de Trabalho coordenado pela DGLAB, com representantes da Confederação Portuguesa das Coletividades de Cultura, Recreio e Desporto e vários municípios do país, o Diagnóstico sobre a situação dos arquivos dos arquivos associativos, a definição de uma estratégia colaborativa para a área, a realização do Módulo 1 do Guia, destinado ao bom tratamento dos arquivos correntes e a realização do 1.º Encontro Nacional de arquivos das referidas associações.

Depois aprofunda o modo como o Módulo 2 se estrutura e alguns dos seus principais conteúdos, como sejam a avaliação de documentação das coletividades e a definição de património arquivístico, a recolha e conservação de arquivos, a organização e a descrição normalizada de conteúdos e sua informatização, a digitalização e divulgação de conteúdos na Internet, etc.

Realça-se, por fim, como o Guia – Módulo 2 poderá servir para obter um melhor tratamento e acesso aos referidos arquivos, os desafios e o trabalho a desenvolver no domínio dos arquivos das coletividades de cultura, recreio e desporto, de modo a alargar o conhecimento histórico e a reforçar a memória e a identidade das comunidades locais.

MESA REDONDA: DESAFIOS DA MEMÓRIA ARQUIVÍSTICA

A memória arquivística, na esteira de Cardin (1995), refere-se ao registo, organização, preservação e acesso aos registos e documentos que são integrados nos arquivos das entidades. Desses registos e documentos, apenas uma parte, após as ações de avaliação e seleção, vai constituir património arquivístico com interesse e valor cultural. São estes registos e documentos que permitem a preservação e a valorização da memória coletiva.

Neste âmbito, são objetivos gerais desta Mesa redonda a reflexão sobre os resultados das experiências de salvaguarda dos arquivos das associações de cultura, recreio e desporto antes e depois de 1974, as possíveis modalidades para a sua sustentabilidade e os principais desafios que se colocam a estes arquivos, quando se comemoram os 50 anos do 25 de Abril de 1974.

São tópicos para a discussão:

- Boas práticas para garantir a constituição de um adequado património arquivístico desde a produção da informação;
- Lacunas nos arquivos das coletividades: causas e metodologias para prevenir e ultrapassar estas limitações;
- Boas práticas de salvaguarda e valorização do património arquivístico;
- Modalidades para potenciar o uso e exploração destes arquivos;
- Vias para a sustentabilidade dos arquivos das coletividades: identificação, metodologias, parcerias;
- Desafios em 2024: financiamento, tratamento arquivístico, preservação, disseminação.

Referências bibliográficas

CARDIN, Martine - *Archivistique: information, organisation mémoire. L'exemple du Mouvement coopératif Desjardins, 1900-1990*. Québec: Éditions du Septentrion, 1995. ISBN 2-89448-034-2.

NOTAS BIOGRÁFICAS

AFONSO, Miguel

Técnico Superior do Arquivo Municipal da Marinha Grande, licenciado do em Ciências de Informação e Documentação. É membro da equipa de coordenação do Grupo de Trabalho de Arquivo Municipais da BAD – Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas, Profissionais da Informação e Documentação. Foi coordenador da Rede de Arquivos da Região de Leiria de 2020-2023 e atualmente é subcoordenador.

CAMOLAS, Ângela

Licenciatura em História pela UAL; Pós-Graduação em Ciências Documentais – Arquivo pela FLUL; Mestrado em Arquivos, Bibliotecas e Ciências da Informação pela Universidade de Évora.

Responsável técnica do Arquivo Municipal da Câmara Municipal de Palmela, tendo coordenado mesmo entre 2015-2019.

CARVALHO, Ana

Licenciada em História pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra e mestre em Política Cultural Autárquica. Tem Pós-graduação em Ciências Documentais – opção arquivo e opção Biblioteca e ainda em Gestão Autárquica de Recursos Turístico-Culturais.

Neste momento é Chefe de Divisão da Cultura, Património Cultural e Turismo no Município da Marinha Grande. Desempenhou funções de coordenação e direção do Arquivo Municipal e do Museu Municipal de Ourém. Nas funções de Arquivo coordenou projetos nas áreas de investigação, descrição, desmaterialização e modernização administrativa. Nas funções museológicas desenvolveu trabalhos e coordenou projetos nas áreas de investigação, interpretação, exposição, programação e mediação de públicos.

CARRETEIRO, João Paulo

João Paulo Carreteiro nasceu em Lisboa em 1975. Licenciado em História e pós-graduado em Ciências Documentais, variante Arquivo, pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, foi arquivista nos SIMAS de Oeiras e Amadora e é, ao

presente, técnico superior de Arquivo na DGLAB (Direção Geral do Livro, Arquivos e Bibliotecas).

Enquanto consultor da área de Arquivo e Documentação, trabalhou para a CPLP; para o jornal Diário de Notícias e para a empresa 7Log, onde desenvolveu em Portugal e Angola, um projeto de implementação um Sistema de Arquivo para a SONIP, empresa do Grupo SONANGOL.

Entre outubro de 2020 e outubro de 2021 trabalhou, como consultor, para o COP (Comité Olímpico de Portugal).

CORREIA, Vera

Mestrado em Ciências da Informação e da Documentação pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas. Desde 2017, é técnica superior na Divisão de Bibliotecas e Arquivos da Câmara Municipal de Almada.

CUNHA, Susana Sofia

Susana Sofia Cunha, nascida no Porto em 1972, é licenciada em História, Ramo de Património Cultural (1997), Mestre em Recuperação do Património Arquitetónico e Paisagístico (2004), ambos pela Universidade de Évora, e Mestre em Ciência da Informação (2020), pela faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Atualmente é doutoranda em Ciência da Informação, pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, e tem como tema de investigação a documentação fotográfica incorporada nos arquivos municipais portugueses.

Iniciou a sua atividade profissional em 1997, como inventariante no Museu de Évora, tendo desempenhado, também, funções de Arquivista Adjunto na extinta Direção Regional de Edifícios e Monumentos Nacionais de Évora. Desde 2001 desempenha funções como técnica superior no Arquivo Fotográfico da Câmara Municipal de Évora, onde integra e coordena a equipa de conservação.

É autora e coautora de artigos relacionados com a temática dos arquivos fotográfico, descrição e indexação de fotografia e tratamento e inventariação de coleções fotográficas.

DIOGO, Sofia

Licenciada em História pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (2019), mestre em Gestão e Curadoria da Informação (2021) pela mesma instituição de Ensino Superior. Realizou um estágio de digitalização na Torre do Tombo, no final da licenciatura, em 2019. Integrou a Agência Nacional de Inovação, tendo colaborado na organização e tratamento do

arquivo histórico da instituição. Em 2022 assumiu funções de organização, tratamento, classificação e dinamização do arquivo histórico da Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas, Profissionais da Informação e Documentação (BAD). Organizou e participou no 14.º Congresso Nacional da BAD, onde apresentou os resultados do trabalho desenvolvido na BAD (2023). Participou na 2.ª Edição do Programa de Mentoria da BAD em 2023, onde adquiriu conhecimentos que enriqueceram a sua experiência profissional e possibilitaram a abertura de novas oportunidades. Ainda em 2023, assumiu funções de arquivista na Universidade Aberta, onde é responsável pela gestão documental e tratamento arquivístico da documentação histórica da instituição.

EIRIZ, Carla Mónica de Carvalho

Carla Eiriz nasceu em Luanda, Angola, em 1976. Mestre em Ciências da Informação e Documentação pela Universidade Fernando Pessoa e licenciada em Ciências Sociais, com especialização em Gestão de Património e Organizações Culturais, pela Universidade Aberta. Detém o título de Especialista em Secretariado e Trabalho Administrativo pelo Instituto Politécnico de Viseu. Coordenadora dos Serviços de Gestão do Arquivo Municipal de Vila Real desde fevereiro de 2022. Professora Adjunta convidada na Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Lamego – IPV, desde 2014/2015. Elemento do GTAM - BAD desde 2012.

FERNANDES, Joaquim Botinas

Completo o liceu tendo chegado a frequentar o primeiro ano do Instituto Superior de Educação Física.

Profissionalmente dedicou-se à vida empresarial nas áreas de eletricidade e telecomunicação e da construção civil, dividindo os seus tempos livres entre a família e as causas sociais e associativas. Foi Presidente do Futebol Clube de Bias (Olhão) e Presidente da Comissão de Moradores de Quatrim-Bias (Olhão). É atualmente secretário da mesa do Congresso da Confederação Portuguesa das Coletividades, de Cultura Recreio e Desporto (CPCCRD).

Em 2007, assume o cargo de Presidente da Direção da Casa do Povo do Concelho de Olhão, que se encontrava quase desativada, com o intuito de a devolver à sua comunidade. Em 2009, trabalhando com a sua equipa, consegue que a Casa do Povo seja transformada numa IPSS, o que lhe permite hoje atuar nas suas várias valências – sociais, culturais, recreativas e desportivas –, em prol das comunidades que constituem o concelho de Olhão.

FERREIRA, Cidália

Licenciada em História, com pós-graduações em Ciências Documentais – variante Arquivo e em Assessoria da Comunicação. Foi arquivista na Divisão de Gestão de Arquivos da Câmara Municipal de Lisboa, na Direcção-Geral do Tesouro e Finanças e na Secretaria-Geral do Ministério das Finanças. Formadora na área da Gestão Documental em vários organismos públicos, foi docente no curso de pós-graduação em Ciências da Informação e Documentação no Instituto Superior de Línguas e Administração. Presentemente, é Chefe da Divisão de Documentação e Arquivo da Secretaria-Geral do Ministério da Administração Interna.

FREITAS, Alexandre

Licenciatura em História pela FLUL; Pós-Graduação em Ciências Documentais pela UAL; Curso de Especialização para Técnicos Editoriais pela FLUL.

Desde 2003 é responsável pelo Centro de Documentação da Câmara Municipal de Palmela.

GRAÇA, Ana

Mestre em Gestão e Curadoria da Informação na Universidade Nova de Lisboa – FCSH/Nova IMS. Possui formações em Gestão Documental, ministradas pela APBAD. Licenciada em História pela Universidade Aberta. Mestre em Arqueologia Pré-Histórica e Arte Rupestre, pós-graduada em Aplicações Informáticas à Arqueologia e licenciada em Conservação e Restauro, variante Arqueologia da Paisagem. Exerceu funções como Técnica Superior e como formadora em Ambiente e Património, no Instituto Politécnico de Tomar. É atualmente Técnica Superior na Divisão de Documentação e Arquivo da Secretaria-Geral do Ministério da Administração Interna.

HENRIQUES, João Miguel

Licenciado em História, Pós-graduado em Ciências Documentais e Museologia, Mestre e Doutor em História Contemporânea pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. É Diretor do Departamento de Arquivos, Bibliotecas e Património Histórico da Câmara Municipal de Cascais. Tem extensa obra publicada sobre história e património, temáticas acerca das quais coordenou diversas edições, exposições, cursos, congressos e encontros. Entre os projetos mais significativos que coordenou destacam-se a reinstalação do Arquivo Histórico Municipal na Casa Sommer enquanto Centro de História Local, o Programa de Recuperação de Arquivos e Documentos de Interesse Municipal, o Arquivo Histórico Digital de Cascais, o Repositório de Informação Digital de Cascais

(interface para sistemas de informação dos Arquivos, Bibliotecas e Património Histórico e Cultural municipais), a conceção do Museu da Vila, do Museu da Misericórdia de Cascais, do Museu dos Bombeiros de Alcabideche e do Centro de Interpretação do Espaço Rural de Cascais, a coordenação da Agenda Cultural de Cascais e a reformulação da Livraria Municipal de Cascais.

JANEIRO, Jorge

Nasceu em Moura em 1983, é casado e tem 4 filhos. Licenciado em História (2005), pós-graduado (2007) e mestre (2009) em Ciências da Informação e da Documentação pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Detentor do Curso de Estudos Avançados em Gestão Pública pelo Instituto Nacional de Administração (2009). Mestre em Administração Pública pelo Instituto Universitário de Lisboa (2011). Detentor do Diploma de Especialização em Políticas Públicas (2013) e do FORGEP (2016) pelo Instituto Nacional de Administração. Estagiário de História na Câmara Municipal de Oeiras (2006). Consultor na área dos arquivos da Universidade Nova de Lisboa (2007-2009). Técnico superior na Direção-Geral de Informática e Apoio aos Serviços Tributários e Aduaneiros (2009-2010), na área da segurança informática, e na Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas (2010-2014), na área de apoio à administração. Diretor do Arquivo Distrital de Évora desde 2014. Para além da gestão deste Serviço tem participado em diversos projetos da DGLAB e desenvolvido uma intensa atividade de dinamização da Rede de Arquivos do Alentejo - Distrito de Évora. Autor de estudos de História, de Administração Pública e de Arquivística.

MARTINS, Artur

Licenciado em Desenvolvimento Comunitário pelo ISPA – IU. Curso Formação Pedagógica de Formadores. Foi autarca nos concelhos de, à época, Vila Nova de Ourém e Barreiro. Dirigente Associativo Voluntário, desde 1974, Grupo Desportivo e Cultura de Seiça (Ourém), de que é sócio fundador. Nessa qualidade foi e é dirigente de associações no Barreiro. No teatro de amadores, na década de oitenta do século passado, fez parte dos órgãos sociais das então ARSTA – Associação Regional de Santarém do Teatro de Amadores e da direção da APTA – Associação Portuguesa do Teatro de Amadores. De 1996 a 2013 integrou órgão sociais da Federação / Confederação Portuguesa das Coletividades, sendo presidente da direção entre 2002 e 2007, em representação do Grupo Desportivo e Cultural de Seiça (Ourém).

MARTINS, Maria do Rosário Piteira

Licenciada em Ciências da Informação e Documentação pela Universidade Aberta, Mestre em Gestão e Valorização do Património Histórico e Cultural pela

Universidade de Évora, Doutoranda em História Contemporânea, na Universidade de Évora.

Desempenhou funções na área da arquivística nos Arquivos das Misericórdias de Alcáçovas, Redondo e Évora, na Inventariação Geral do Património Cultural das Misericórdias entre 1983-1984 e no Arquivo Distrital de Évora entre 1986 e 1995. Desde junho de 1995 coordena a equipa do Arquivo Municipal de Évora. Representante da CME na Rede de Arquivos do Alentejo – Distrito de Évora.

MOURA, Rute

Licenciada em História Contemporânea pelo ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa, integrou o quadro do Município de Oeiras em 2016 como técnica de biblioteca e documentação, em setembro de 2019 assume a coordenação do Pelouro da Cultura e Comunicação da Junta de Freguesia de Alvalade, em 2021 integra o quadro da Biblioteca Nacional de Portugal como coordenador de área no gabinete de Relações Públicas. Em 2022 retorna ao Município de Oeiras com funções de coordenação e dinamização de projetos de dinamização e promoção da leitura, responsável pelo sistema de gestão documental e com responsabilidades na comunicação da biblioteca. Atualmente é Chefe de Divisão das Bibliotecas e Arquivo de Almada.

PATRÍCIO, Sandra

Sandra Cristina Patrício da Silva licenciou-se em História na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra em 2004, instituição onde concluiu o Curso de Especialização em Ciências Documentais, Arquivo, em 2006. É mestre em Ciências da Informação e da Documentação na Universidade de Évora, sob o tema da Avaliação de Documentos de Arquivo, com a dissertação *O Que o Estado Português Quis Guardar* em 2011. Obteve o grau de Doutor na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, em 2018, com a tese *Sistemas de informação das administrações civis no concelho de Sines: 1655-1855*.

Desde 2005 é responsável pelo Arquivo Municipal de Sines, onde coordena a organização, em curso, do sistema de arquivos da Câmara Municipal de Sines (Arquivo Geral, Arquivo Histórico, Arquivo dos Serviços Técnicos), de forma a possibilitar a gestão integrada de arquivos correntes e definitivos. Tem vindo também a coordenar a elaboração dos instrumentos de descrição do Arquivo Municipal de Sines, acessíveis no sítio eletrónico da Câmara Municipal de Sines e o Serviço Educativo do Arquivo Municipal, integrado no Centro de Artes de Sines. É ainda, desde 2018, coordenadora do Grupo de Património e Cultura da associação COMSines. É também investigadora do Centro de Estudos Clássicos, Universidade de Lisboa e do grupo História, Território e Comunidades, NOVA FCSH.

PEREIRA, Joana Dias

Investigadora integrada no Instituto de História Contemporânea e professora convidada na FCSH-UNL e na ESSE-IPS. A sua área de especialização é a longa história do associativismo e dos movimentos sociais.

PENTEADO, Pedro

Diretor de Serviços de Arquivística e Apoio Técnico da Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas (DSAN/DGLAB).

Neste âmbito, coordena o Projeto de Salvaguarda dos arquivos das associações de Cultura, Recreio e Desporto, que envolve um Grupo de trabalho com representantes da Confederação Portuguesa das Coletividades de Cultura, Recreio e Desporto e vários municípios do país. Coordenou o Diagnóstico sobre a situação dos arquivos dos arquivos associativos, bem como a definição de uma estratégia colaborativa para a área. Coordenou a realização do "Guia de boas práticas para os arquivos das associações de Cultura, Recreio e Desporto" – módulos 1 e 2. Coordenou também a equipa organizadora do 1.º Encontro nacional de arquivos das referidas associações.

É o interlocutor técnico da DGLAB no protocolo com a União das Misericórdias Portuguesas. Até 2004, coordenou vários projetos de História e tratamento de arquivos de instituições particulares de solidariedade social.

É doutorando em Ciência da Informação (Universidade de Coimbra), Mestre de História Moderna pela Universidade de Lisboa e Mestre em Documentação pela Universidad de Alcalá (Espanha).

É formador do Instituto Nacional de Administração desde 2003. Assistente convidado da Universidade Nova de Lisboa (UNL).

Entre outros, é investigador do Centro História, Territórios e Comunidades - CFE NOVA FCSH, do Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX da Universidade de Coimbra e do Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa.

PINTO, José Manuel de Carvalho

José Pinto, nasceu em Vila Real, 1962. Licenciado em Ciências Religiosas pela Faculdade de Teologia da Universidade Católica Portuguesa. Atualmente, Técnico Superior de Educação no Arquivo Municipal de Vila Real. Anteriormente, desempenhou funções diversas na CMVR, incluindo Assessor do Vereador do Pelouro da Educação e Chefe da Divisão de Educação, Desporto e Juventude. Também ocupou cargos como Diretor do Centro Regional de Informação para a Juventude, Vice-Presidente da Casa da Cultura da Juventude, Adjunto do Delegado Regional do Instituto da Juventude e Coordenador Distrital do Projeto

VIDA José Pinto, nasceu em Vila Real, 1962. Licenciado em Ciências Religiosas pela Faculdade de Teologia da Universidade Católica Portuguesa. Atualmente, Técnico Superior de Educação no Arquivo Municipal de Vila Real. Anteriormente, desempenhou funções diversas na CMVR, incluindo Assessor do Vereador do Pelouro da Educação e Chefe da Divisão de Educação, Desporto e Juventude. Também ocupou cargos como Diretor do Centro Regional de Informação para a Juventude, Vice-Presidente da Casa da Cultura da Juventude, Adjunto do Delegado Regional do Instituto da Juventude e Coordenador Distrital do Projeto VIDA.

REDE DE ARQUIVOS DA REGIÃO DE LEIRIA

A Rede de Arquivos da Região de Leiria (RARL) foi criada a 14 dezembro 2018 com a assinatura de protocolo e acordo de cooperação entre a Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria (CIMRL), a Direção Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas (DGLAB) e municípios associados. A Rede de Arquivos da Região de Leiria integra os municípios de Alvaiázere, Ansião, Batalha, Castanheira de Pera, Figueiró dos Vinhos, Leiria, Marinha Grande, Pedrógão Grande, Pombal e Porto de Mós, aos quais se juntou posteriormente o Instituto Politécnico de Leiria. A RARL assume uma estratégia fundamental de trabalho em rede, tendo em vista a valorização dos arquivos como sistemas de informação essenciais às organizações, através da gestão e divulgação do património arquivístico da Região de Leiria. A Carta de Princípios da Rede de Arquivos da Região de Leiria foi subscrita com o intuito de potenciar e promover, numa lógica de trabalho em rede, os espaços de arquivo sob a tutela dos municípios e de outras entidades, existentes no território, aproximando-os das comunidades onde estão inseridos. O Grupo de Trabalho da RARL reúne mensalmente, com o intuito de monitorizar a atividade dos arquivos existentes na região e difundir boas práticas arquivísticas.

RODRIGUES, Margarida

Licenciada em Artes Plásticas, com pós-graduação em Ciências da Informação e da Documentação – Arquivística pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Entre 2004 e 2022 colabora com o Arquivo Histórico de Imagens do Museu de Marinha e com a empresa Luís Pavão Limitada, em projetos relacionados com coleções de fotografias. Desde 2023, é técnica superior no serviço de Arquivo Histórico da Divisão de Bibliotecas e Arquivos da Câmara Municipal de Almada.

RODRIGUES, Tânia

Tânia Rodrigues (Faro, 1981), Licenciada em Património Cultural e Mestre em História da Arte – especialização em História da Arte Portuguesa, pela Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade do Algarve. Vive e trabalha em Faro. Em 2004 iniciou a sua atividade profissional na antiga Divisão do Centro Histórico da CMF, onde fez estágio profissional. Depois participou no projeto RADIX, um diretório cultural *online* desenvolvido pela Delegação Regional da Cultura do Algarve. Ao longo dos anos tem desenvolvido estudos para entidades privadas e públicas, maioritariamente relacionados com o património, o urbanismo e a arquitetura de âmbito local e regional, algumas das quais resultaram em publicações. Do espólio documental, tema da sessão de hoje, resultou a dissertação de mestrado que, em 2011, deu lugar à publicação do livro *Faro na época Moderna: do urbanismo à arquitectura* e permitiu a colaboração na exposição *Faro, marcos do urbanismo* e no respetivo catálogo com o mesmo nome. Atualmente é bolsista de Investigação no Projeto *ArchNeed – The Architecture of Need: Community Facilities in Portugal 1945-1985 | Arquitetura de Necessidade: Equipamento Comunitário em Portugal 1945-1985*. Fundação para a Ciência e a Tecnologia - PTDC/ARTDAQ/.

ROSADO, Otilia

Licenciada em História em 1998, com o Curso de Especialização em Ciências Documentais, Arquivo, concluído em 2000. Integrou o quadro da Câmara Municipal de Sesimbra em 1995. Exerceu funções nesta Câmara até 2016, como arquivista e como gestora da qualidade no Gabinete da Modernização, Qualidade e Auditoria destacando-se a sua participação na criação e gestão do Balcão Único de Serviços. Ingressou no quadro da Câmara Municipal de Almada, no serviço Arquivo Histórico, em dezembro de 2016, assumindo funções de coordenação da equipa deste serviço.

SILVA, José Militão da

Técnico Superior da Câmara Municipal de Monforte, pertence à Divisão Sócio Cultural, Educação e Desporto, Serviço de História e Arquivo. Mestre em Cultura e Formação pela FLUL desde 2003. Tem a seu cargo a organização e gestão da documentação do Arquivo Histórico do Concelho de Monforte. Investigador documental do projeto *Monforte Sacro*, concretamente o estudo da evolução do Convento do Bom Jesus de Monforte (1520-1946). A nível de publicações de História Local: "O Centro Histórico da Vila de Monforte: evolução histórica, problemáticas de conservação e vias de animação cultural", In *Lusíada*. (Arqueologia, História de Arte e Património). Vol. 1 CEUL – Cooperativa de Ensino da Universidade Lusíada, CRL, 2001; co-redação, com Paula Cristina Ferreira da Silva, do livro comemorativo dos 750 anos da primeira Carta de Foral concedida à Vila de Monforte, *Os Forais*

de Monforte (1257-1512), editado pelo Município de Monforte, 2007; *O Castelo de Monforte (Desmistificação, estratégia militar e sua importância regional)*, 2013, *Herdade de Torre de Palma – Passado e Presente (Histórias e Vivências)*, 2014, ambos editados pelo Município de Monforte; “Partilhar Conhecimentos em meios desertificados, uma luta inglória ou uma satisfação permanente?” in 2.º Encontro BAD ao Sul, S. Braz de Alportel. 10 de novembro de 2017; “Da partitura de papel para o (re)aproveitamento Cultural”, in Atas do 13.º Encontro de Arquivos Nacionais, Cascais, 18 de outubro de 2019. Participação no VII Congresso de História Local, com a comunicação “UCP de Torre de Palma, (Concelho de Monforte) – da utopia à desunião”, que decorreu entre 2 e 4 de novembro de 2023

Associado da BAD 3321, Associado do Centro de Estudos Documentais do Alentejo e membro do ICOM – Portugal.

SOARES, Kevin Carreira

Licenciado em História (2013), Mestre em História Moderna (2015) pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra e Mestre em Archivística pela Universidad Carlos III de Madrid (2021), aguarda as provas para a obtenção de grau de doutor em História no âmbito do programa Interuniversitário de Doutoramento em História: Mudança e Continuidade num mundo Global (PIUDHist).

Em janeiro de 2024 iniciou funções no Arquivo Municipal de Porto de Mós.

VASSALO, Ana

Licenciada em História, variante História de Arte, com Pós-graduação em Ciências Documentais (variante Arquivo). Mestrado em Ciências Documentais. Exerceu funções de bibliotecária na Biblioteca Municipal da Câmara Municipal da Amadora, de arquivista no Arquivo Municipal da Câmara Municipal de Lisboa e na área de recursos humanos na Junta de Freguesia de Benfica. Atualmente exerce funções de Técnica Superior de Arquivo, na Divisão de Documentação e Arquivo, na Secretaria-Geral do Ministério da Administração Interna.

ZOZAYA-MONTES, María

María Zozaya-Montes é Doctor Europeus em História pela Universidade Complutense de Madrid, onde recebeu os Prémio Extraordinário de Licenciatura (1999) e também de Doutoramento (2009). Recebeu os prémios de investigação: Real Maestranza de Caballería de Ronda, Asociación de Historia Social de España, Premio Villa de Madrid.

Especializada em História Social e Cultural na etapa Contemporânea, analisa formas de mudança em Espanha e Portugal durante a chegada do Liberalismo

Constitucional. Tem escrito múltiplos artigos e cinco livros sobre lazer, formas de sociabilidade, redes sociais e capital social: *El Casino de Madrid, orígenes y primera andadura* (2002); *Del Ocio al Negocio* (Catarata, 2007); *Viaje y prisión del ingeniero militar José María Román durante la Guerra de la Independencia, 1808-1814* (F. L. Galdiano, 2008); *Ocio, sociabilidad y representación social* (UCM, 2009); e *Identities en juego* (S.XXI, 2016). Coordenou *De la sociabilidad al patrimonio* (Comares, 2022), disponível em <https://dspace.uevora.pt/rdpc/handle/10174/34935>.

Dirigiu o documentário “Os patrimónios da sociabilidade” (CIDEHUS-UÉ). Foi comissária da exposição “A cultura material das associações ibéricas” (Évora, BPE, SHE), e co-diretora do Festival Internacional de Património Heritales, que recebeu uma Special Mention nos Heritage in Motion Awards (Cimeira Europeia do Património, 2021).

Ao nível contractual, teve cinco bolsas no CSIC, IH (1997-2008) e um contrato Juan de la Cierva na Universidade de Valladolid (2008-2011). Desde 2013 conta com contratos de investigação da FCT no CIDEHUS da Universidade de Évora.

Mais informação: <https://www.cienciavitae.pt/DE18-8F44-6859>.